JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.11 06:48:19 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 11 de abril de 2023 • Nº 1537 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ANFAVEA

Produção de veículos cresce 8% no 1º trimestre

A produção de veículos aumentou 8% no primeiro trimestre do ano em comparação com o mesmo período de 2022. Segundo balanço divulgado ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram fabricadas 496,1 mil unidades nos primeiros três meses deste ano. Apesar de o número representar alta em relação ao ano passado, o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, lembra que o primeiro trimestre de 2022 foi o pior resultado da indústria automobilística desde 2004. "Nós estamos repetindo em 2023 o pior trimestre desde 2004", disse Leite, ao comparar os dados da produção em 2022 e em 2023. Leite destacou que, no período analisado, houve oito momentos de paralisação de fábricas e duas montadoras extinguiram turnos de produção. PÁGINA 2

AMEAÇAS

Escolas: Dino exige de redes sociais retirada de mensagens

O governo federal vai exigir que plataformas criem canais abertos e ágeis para atender solicitações das autoridades policiais sobre conteúdos com apologia à violência e ameaças a escolas nas redes sociais, como a retirada desses perfis, informou ontem o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. O ministro cobrou ainda monitoramento ativo das plataformas em relação a ameaças. As plataformas, Dino, serão notificadas formalmente nesta semana sobre os perfis e conteúdos suspeitos identificados pela pasta da Justiça em conjunto com as polícias dos estados. Quem descumprir a notificação poderá sofrer sanções, como ser alvo de investigação da Polícia Federal e de medidas determinadas pelos ministérios públicos. "Estamos vendo pânico sendo instalado no seio das escolas e das famílias e não identificamos ainda a proporcionalidade de reação das plataformas com essa epidemia de violência que ameaçam nossas escolas nesse momento", disse em entrevista à imprensa. "Deixei claro na reunião que, se a notificação não for atendida, vamos tomar as providências policiais e judiciais contra as plataformas. Obviamente, não desejamos isso. Desejamos que as plataformas nos ajudem." O ministro se reuniu ontem com representantes das empresas Meta, Kwai, Tik tok, Twitter, YouTube, Google e WhatsApp para debater ações de prevenção à violência nas escolas e evitar ataques como o ocorrido em uma creche em Blumenau, Santa Catarina.

100 DIAS

Plano de desenvolvimento de Lula terá seis eixos principais

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) afirmou marco dos cem dias do governo, que o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) terá seis eixos estruturais: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, água para todos e transição energética. De acordo com o chefe do Executivo, o governo federal recebeu dos governadores uma lista de obras prioritárias, e os ministérios estão identificando outros investimentos estruturantes. "Retomamos a capacidade de planejamento de longo prazo, esse planejamento será traduzido em um grande programa que traz de volta o papel do setor público como indutor dos investimentos estratégicos em infraestrutura. Com muito diálogo federativo, vamos retomar as obras paradas e acelerar as que estão em ritmo lento, além de selecionar novos investimentos estratégicos para todo o país", afirmou Lula, durante reunião ministerial no Palácio do Planalto. PÁGINA 2

SÃO PAULO

Tarcísio fala em privatizar Sabesp e linhas da CPTM

PÁGINA 6

TERROR EM BRASÍLIA

TÂNIA RÊGO/ABRASIL

PF vai ouvir 80 militares sobre ataques golpistas de 8 de janeiro no DF

A Polícia Federal vai ouvir o depoimento de cerca de 80 militares sobre os atos de vandalismo do dia 8 de janeiro. As oitivas vão ocorrer dentro do inquérito aberto pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para apurar a omissão de autoridades no episódio. O relator do caso no tribunal é o ministro Alexandre de Moraes (**foto**). Em fevereiro, Moraes fixou competência do STF para processar e julgar crimes praticados nos ataques golpistas do dia 8, independentemente de os investigados serem civis ou militares.O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios reiterou pedido de condenação de três acusados de participar da tentativa de explosão de uma bomba próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília na véspera do Natal de 2022.

INDICADORES

IBOVESPA: 1,02% / 101.846,64 / 1.024,91 / Volume: R$ 15.564.026.045 / Negócios: 2.760.519

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON NM	30.660	+5.65	+1.640
ALPARGATAS PN N1	7.82	+4.27	+0.32
BRASKEM PNA N1	20.31	+3.99	+0.78
SID NACIONALON	15.12	+3.77	+0.55
LOCAWEB ON NM	4.92	+4.24	+0.20

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
HYPERA ON EJ NM	36.55	–3.41	–1.29
TAESA UNT N2	33.95	–3.14	–1.10
PETZ ON NM	5.52	–3.33	–0.19
MELIUZ ON NM	0.860	–3.37	–0.030
REDE D OR ON NM	21.370	–2.38	–0.520

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	78.23	+1.93	+1.48
PETROBRAS PN N2	24.51	+2.13	+0.51
BR PROPERT ON NM	64.00	+481.82	+53.00
BRASIL ON NM	39.04	+0.05	+0.02
AMBEV S/A ON	14.46	+0.21	+0.03

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.586,52	+0,30
NASDAQ Composite	12.084,355	-0,03
Euro STOXX 50	4.308,62	+0,36
FTSE 100	7.741,56	+1,03
DAX 30	15.597,89	+0,50
Ftse Mib	27.213,86	+1,29

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,05% (mar.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA (5)	0,76% (mar.)	Compra: 5,5683	Venda: 5,7483
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,25	até o dia 10/abr.	Compra: 5,0828	Venda: 5,0834
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(11/4)	0,58%	BM&F/grama	R$ 322,00	Compra: 5,0654	Venda: 5,0660
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(abr./04)	0,1742%	Compra: 5,5017	Venda: 5,5023	Compra: 5,0910	Venda: 5,2710

Economia

MERCADOS

Bolsa fecha em alta com ajuda decisiva de Petrobras e Vale

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta ontem, na volta do feriado de Páscoa, na contramão dos índices em Nova York. O desempenho é impulsionado pelas empresas produtoras de matérias-primas, como Petrobras e Vale, com a melhora nas perspectivas para a economia global, especialmente na China.

O Ibovespa (Índice Bovespa) encerrou o dia com avanço de 1,01%, aos 101.846 pontos. O dólar comercial à vista subiu 0,13%, a R$ 5,066. Na máxima do dia, a moeda americana chegou a atingir os R$ 5,09. O real teve desempenho melhor que a média de outras moedas internacionais.

No mercado de juros, as taxa apresentaram quedas moderadas. Para janeiro de 2024, as taxas passaram de 13,25% do fechamento da última quinta-feira para 13,22%. Nos contratos de janeiro de 2025, a taxa recuou de 12,03% para 11,98%. Para janeiro de 2027, os juros passaram de 11,98% para 11,96%.

As ações ordinárias e preferenciais da Petrobras subiram 2,65% e 2,33%, respectivamente. A ordinária da Vale fechou em alta de 1,9%. As siderúrgicas também apresentaram avanços importantes. A ordinária da CSN avançou 3,77%, e a preferencial classe A da Usiminas subiu 3,56%. A preferencial da Gerdau fechou com avanço de 2,96%.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em alta de 0,3%. O índice S&P 500 subiu 0,10%, e o Nasdaq fechou praticamente estável, com leve queda de 0,03%.

100 DIAS

Lula anuncia novo PAC com seis eixos principais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou marco dos cem dias do governo, que o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) terá seis eixos estruturais: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, água para todos e transição energética.

De acordo com o chefe do Executivo, o governo federal recebeu dos governadores uma lista de obras prioritárias, e os ministérios estão identificando outros investimentos estruturantes.

"Retomamos a capacidade de planejamento de longo prazo, esse planejamento será traduzido em um grande programa que traz de volta o papel do setor público como indutor dos investimentos estratégicos em infraestrutura. Com muito diálogo federativo, vamos retomar as obras paradas e acelerar as que estão em ritmo lento, além de selecionar novos investimentos estratégicos para todo o país", afirmou Lula, durante reunião ministerial no Palácio do Planalto.

"Até o início de maio anunciaremos a lista definitiva de empreendimentos e mecanismos que farão com que eles saiam rapidamente do papel, gerem os milhões de empregos que todos nós sonhamos que vai acontecer nesse país", acrescentou.

Antes de a modelagem ter sido fechada, o ministro Rui Costa (Casa Civil) adiantou que a reedição do programa funcionará por meio de PPPs (Parcerias Público-Privada) e concessões.

O anúncio da medida que vai reestruturar as regras para as PPPs constava na agenda do ministro Fernando Haddad (Fazenda) nesta segunda, às 14h, mas foi adiado. A divulgação ocorrerá após a viagem presidencial à China.

"Vamos aproveitar a experiência que já tivemos no PAC e programas de concessão para aprimorar esses mecanismos tornando-os ainda mais eficientes. Articularmos ainda com mais eficiência os investimentos públicos e privados e o financiamento dos bancos oficiais em uma mesma direção: a do desenvolvimento com inclusão social e sensibilidade ambiental", disse Lula.

Segundo o presidente, a transição energética será acelerada, e a Petrobras financiará pesquisa para novos combustíveis renováveis. "Vamos lançar editais para contratação de energia solar e eólica que, somados, representarão capacidade de geração equivalente à de nossas maiores usinas hidrelétricas", disse.

Quanto aos outros eixos, Lula afirmou que o governo levará internet de alta velocidade para as escolas, vai acelerar a construção de ferrovias, investirá na melhoria das condições de habitação de pessoas que moram em favelas, palafitas e outros locais em condições precárias, entre outras prioridades.

"No transporte, as ferrovias, rodovias, hidrovias e portos voltarão a ser pensadas de modo estruturante. Reduzirão o custo do escoamento de nossa produção agrícola e incentivarão o florescimento de uma nova base industrial, mais tecnológica e mais limpa", ressaltou.

A nova versão do programa de investimentos em infraestrutura ainda não tem um nome oficial. Em reunião em março, o presidente cobrou criatividade de seus ministros ao ouvir de Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social) a sugestão de que o futuro programa de obras fosse batizado de "novo PAC".

"O PAC foi muito importante, criou muita coisa, mas se a gente pudesse criar um novo nome seria importante. [Para] Mostrar que a gente está inovando", disse ele naquele encontro.

Na mesma ocasião, Lula afirmou que "dinheiro bom é dinheiro transformado em obra", e que os ministros Haddad e Simone Tebet (Planejamento) iriam arrumar dinheiro para realizar os investimentos.

Nesta segunda, o chefe do Executivo reforçou o pedido. "Dinheiro bom não é dinheiro guardado em cofre, dinheiro bom é dinheiro gerando obra, gerando desenvolvimento, gerando emprego. É isso que é um dinheiro importante para o país", afirmou.

A primeira versão do programa foi lançada em 2007 e se tornou vitrine do segundo mandato de Lula. O PAC é defendido por petistas como impulsionador do crescimento econômico por meio do investimento em grandes obras de infraestrutura.

O programa ajudou Dilma Rousseff (PT), então ministra chefe da Casa Civil, a se eleger presidente em 2010, depois de ter sido apresentada como "mãe" do pacote.

Mas o PAC também conviveu com problemas como atrasos, falta de conclusão das obras, elevação dos preços durante a execução, abandono por parte das construtoras e aceleração de gastos públicos.

HADDAD

Parcerias com setor privado ajudarão nas metas de saneamento

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Adiado para a próxima semana, o novo marco das Parcerias Público-Privadas (PPP) impulsionará os investimentos em saneamento, ajudando a cumprir as metas de universalização dos serviços, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, o novo marco facilitará os investimentos ao permitir que a União entre como garantidora das operações de crédito para as PPPs fechadas por estados e grandes municípios.

"Sempre teve um pleito dos estados e grandes municípios que as PPPs não contavam com apoio do Tesouro, sobretudo quanto às garantias. E com o aval do Tesouro estendido para as PPPs dos estados, sobretudo na área de saneamento, que vai ter muita PPP, eu penso que vamos poder alavancar muitos investimentos", declarou o ministro ao sair para reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

Previsto para ser lançado nesta segunda, o novo marco foi adiado por causa da divulgação do balanço dos 100 dias de governo e da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, que terá Haddad na comitiva.

O ministro afirmou que o governo não pretende criar um fundo com recursos do Orçamento para garantir as operações de crédito para as PPPs, uma medida que daria segurança para possíveis calotes dos governos locais ou entes privados. Uma ideia em estudo é aproveitar o sistema de garantias do Tesouro para as operações de crédito de governos locais.

Haddad ressaltou que o fornecimento de garantias pelo Tesouro reduzirá os custos dos projetos e ajudará no cumprimento da meta de universalização. Segundo o Novo Marco do Saneamento, aprovado em 2019, até 2033, 99% da população brasileira deverá ter acesso à água potável e 50% à coleta de esgoto com tratamento.

"O aval do Tesouro nas PPPs pode representar incremento grande e uma diminuição de custos, porque essa universalização [do saneamento] não pode representar um aumento muito grande da conta de água. Pelo contrário", acrescentou o ministro.

PREVISÃO

Crescimento global continuará baixo nos próximos anos, diz FMI

Mesmo com a resiliência do mercado consumidor e a reabertura econômica da China, o crescimento global deve não só continuar em patamares baixos, como assim permanecer nos próximos cinco anos, disse ontem a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva.

A instituição prevê que o crescimento global fique abaixo de 3% nos próximos cinco anos, disse a economista na abertura da semana de reuniões da entidade com o Banco Mundial, que reúne autoridades econômicas do mundo todo em Washington. Segundo Georgieva, isso se dá pela alta inflação global, que faz bancos centrais continuarem a aumentar as taxas de juros.

"Vimos uma rápida transição de baixas taxas de juros e liquidez abundante para altas taxas de juros e liquidez muito menor, o que expôs vulnerabilidades do setor financeiro que tornaram a tarefa de formuladores de políticas ainda mais difíceis", disse ela.

O presidente do Banco Mundial, David Malpass, exemplificou o problema com a falência do Silicon Valley Bank em março. O banco tinha mais da metade de seus ativos investidos em títulos do governo de longo prazo comprados comprados em um período de juros muito baixos, que caíram de preço com o aumento das taxas.

"Taxas artificialmente baixas de juros e a alocação de capital que foi feita com elas levaram o mundo todo a tomar decisões baseadas na ideia de que haveria taxas de juros a 0% por um longo período de tempo, e fizeram más alocações de capital. Voltar aos níveis produtivos é muito difícil. Elevar as taxas de juros a níveis mais normais significa perdas para bancos", disse.

Malpass fez a ressalva, porém, de que manter os juros baixos não resolverá o problema porque enfraquece o dólar e aumenta a inflação, "e isso atinge mais os pobres", afirmou.

Ele defendeu que mais do que tentar reduzir a demanda com a alta dos juros para controlar a inflação, é preciso pensar em soluções de longo prazo aumentando a oferta, o que significa, no curto prazo, financiar pequenos e médios negócios.

Estudo divulgado nesta segunda por economistas do FMI, porém, apontou que o aumento nas taxas reais de juros tende a ser temporário. "Quando a inflação voltar ao controle, é provável que os bancos centrais das economias avançadas afrouxem a política monetária e tragam as taxas de juros reais de volta aos níveis pré-pandêmicos", escrevem os economistas Jean-Marc Natal e Philip Barrett.

Nota

PREVISÃO DE INFLAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO SOBE PARA 5,98%

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do país, subiu de 5,96% para 5,98% este ano. A estimativa consta do Boletim Focus ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Para 2024, a projeção da inflação ficou em 4,14%. Para 2025 e 2026, as previsões são de inflação de 4% para os dois anos. A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 1,75% e o superior, 4,75%. Segundo o BC, a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 é de 83%.

ANFAVEA

Produção de veículos cresce 8% no primeiro trimestre

DANIEL MELLO/ABRASIL

A produção de veículos aumentou 8% no primeiro trimestre do ano em comparação com o mesmo período de 2022. Segundo balanço divulgado ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), foram fabricadas 496,1 mil unidades nos primeiros três meses deste ano.

Apesar de o número representar alta em relação ao ano passado, o presidente da Anfavea, Márcio de Lima Leite, lembra que o primeiro trimestre de 2022 foi o pior resultado da indústria automobilística desde 2004. "Nós estamos repetindo em 2023 o pior trimestre desde 2004", disse Leite, ao comparar os dados da produção em 2022 e em 2023.

Leite destacou que, no período analisado, houve oito momentos de paralisação de fábricas e duas montadoras extinguiram turnos de produção. Para ele, a produção de veículos está muito abaixo do normal, e a alta da taxa de juros é a principal causa do desaquecimento da indústria.

As vendas nos primeiros três meses deste ano cresceram 16,3% na comparação com o mesmo período de 2022, com o emplacamento de 471,8 mil unidades. As exportações subiram 3,9%, com a venda de 112,2 mil veículos para o exterior no primeiro trimestre de 2023.

AUTOMÓVEIS

A produção de carros de passeio aumentou 9% de janeiro a março em comparação com o mesmo período do ano passado, com a fabricação de 416,4 mil unidades. As vendas cresceram 15,1% no trimestre, com o emplacamento de 346 mil automóveis, enquanto as exportações aumentaram 3,8%, com a venda de 90 mil carros nos primeiros três meses do ano.

A fabricação de caminhões caiu 28,8% no primeiro trimestre de 2023, com a fabricação de 24,5 mil unidades. As vendas aumentaram 6,6% no período, na comparação com 2022, com o emplacamento de 28,6 mil unidades.

EMPREGO

O número de pessoas empregadas na indústria automobilística ficou praticamente estável nos últimos meses. Segundo a Anfavea, em janeiro, as montadoras tinham 102,1 mil funcionários e, em março, o índice ficou em 101,6 mil.

Segundo Márcio Leite, a produção de veículos está abaixo do projetado para o ano, o que acendeu a "luz amarela" no setor. "O cenário até agora é de observação do que está acontecendo com o mercado", disse.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

parintins amazonas transmissora

PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Fase pré-operacional -** A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2024. **(b) Financiamento com o Banco da Amazônia S.A. -** No dia 30 de outubro de 2020 a Companhia assinou contrato para obtenção de financiamento via Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco da Amazônia S.A. no valor total de R$ 800.000 destinados à implantação do sistema de transmissão da Companhia. Sobre o total da dívida incidirá a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) e pelo Componente Prefixado da TFC de aproximadamente 1,3% ao ano. A dívida resultante do CCB será paga em 252 prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira prestação no dia 15 de novembro de 2023 e as demais prestações sempre no dia 15 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em 15 de novembro de 2044. Em janeiro de 2022, a Companhia recebeu a segunda parcela referente ao segundo desembolso no montante de R$ 117.021 mil. Em junho de 2022, ocorreu o terceiro desembolso no valor de R$ 134.229 mil e o desembolso final, no valor de R$ 169.432 mil ocorreu em duas parcelas, em novembro e dezembro de 2022. O total do desembolso no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 420.682 mil . Ao final de 2022 a totalidade do contrato de financiamento foi desembolsado. **(c) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) -** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia recebeu aportes que foram integralizados, no valor total de R$ 29.103 mil. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.124	23.019
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	119.678	-
Ativo de contrato	10	150.777	49.273
Impostos e contribuições a recuperar		10.923	1.342
Pagamentos antecipados		-	561
Outros ativos		607	248
Total do ativo circulante		**283.109**	**74.443**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	68.661	205.924
Ativo de contrato	10	2.040.507	1.154.444
Total do realizável a longo prazo		**2.109.168**	**1.360.368**
Total do ativo não circulante		**2.109.168**	**1.360.368**
Total do ativo		**2.392.278**	**1.434.811**
Fornecedores	11	29.593	30.739
Financiamento	12	5.459	6.522
Debêntures	13	24.177	-
Impostos e contribuições a recolher		4.981	4.668
Pis e Cofins diferidos	14	13.947	4.558
Contas a pagar	12/13	4.863	4.863
Total do passivo circulante		**83.020**	**51.350**
Financiamento	12	786.879	327.273
Debêntures	13	223.709	218.369
Pis e Cofins diferidos	14	188.747	106.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	280.699	158.450
Contas a Pagar	12/13	30.362	40.363
Total do passivo não circulante		**1.510.396**	**851.241**
Total dos passivos		**1.593.417**	**902.591**
Capital social	17 (a)	254.475	225.372
Reserva de lucros	17 (b)	544.387	306.849
Total do patrimônio líquido		**798.862**	**532.220**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.392.278**	**1.434.811**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**49.962**	**3.137**	**50.241**	**16.747**	**-**	**120.087**
Aumento de capital por meio de integralização do AFAC	22 (a)	175.410	-	-	-	-	175.410
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	236.724	236.724
Reserva legal	17 (b)	-	11.836	-	-	(11.836)	-
Reserva de lucros a realizar	17 (b)	-	-	-	56.222	(56.222)	-
Retenção de retenção de lucros	17 (b)	-	-	168.666	-	(168.666)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**225.372**	**14.973**	**218.907**	**72.969**	**-**	**532.220**
Aumento de capital por meio de integralização do AFAC	22 (a)	29.103	-	-	-	-	29.103
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	237.538	237.538
Reserva legal	17 (b)	-	11.877	-	-	(11.877)	-
Reserva de lucros a realizar	17 (b)	-	-	-	56.415	(56.415)	-
Retenção de retenção de lucros	17 (b)	-	-	169.246	-	(169.246)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**254.475**	**26.850**	**388.153**	**129.384**	**-**	**798.862**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	18	**896.217**	**855.228**
Custo de construção	19	(482.076)	(460.000)
Outros		(2)	(509)
Custos operacionais		**(482.078)**	**(460.509)**
Lucro bruto		**414.139**	**394.719**
Serviços de terceiros		(108)	(98)
Outros		(231)	(412)
Despesas operacionais		**(339)**	**(509)**
Resultado antes das despesas financeiras		**413.800**	**394.209**
Receitas financeiras	20	17.785	5.983
Despesas financeiras	20	(71.798)	(41.144)
Resultado financeiro		**(54.013)**	**(35.161)**
Resultado antes dos impostos		**359.788**	**359.048**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(122.249)	(122.324)
Imposto de renda e contribuição social		**(122.249)**	**(122.324)**
Lucro líquido do exercício		**237.538**	**236.724**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	237.538	236.724
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**237.538**	**236.724**

Demonstrações dos fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro (*em milhares de Reais*)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício		237.538	236.725
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	122.249	122.324
- Juros, correção monetária e custo de transação s/ debêntures e financiamento		71.161	40.319
- PIS E COFINS diferido	18	91.350	87.167
		522.298	**486.534**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(119.678)	808
- Impostos e contribuições a recuperar		(9.581)	(1.108)
- Outros ativos		200	525
- Fornecedores		(1.146)	(9.613)
- Contas a pagar partes relacionadas	22	-	(16.874)
- Contas a Pagar	12 (a)	(10.001)	(1.206)
- Impostos e contribuições a recolher		314	1.757
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**382.406**	**460.823**
Financiamentos - pagamento de juros	12	(3.782)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**378.624**	**460.824**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		137.263	(205.924)
Ativo de contrato - construção	10	(987.567)	(942.342)
Caixa utilizado nas das atividades de investimento		**(850.304)**	**(1.148.266)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	22 (a)	29.103	151.425
Custo de transação	12/13	-	(41.040)
Financiamentos - captação	12	420.682	379.317
Debêntures - captação	13	-	220.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**449.785**	**709.702**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(21.895)**	**22.259**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	23.019	760
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**1.124**	**23.019**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia encontra-se em fase de construção da sua linha de transmissão e conforme contrato de concessão, tem previsão de entrar em operação comercial em março de 2024, a expectativa da Companhia é antecipar o prazo estabelecido no contrato de concessão e entrar em operação em maio de 2023. Durante esta fase pré-operacional, dependerá dos aportes de capital de seu acionista e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras, até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. No dia 27 de fevereiro de 2020 por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes) até então acionista da Companhia, transferiu 100% das ações para a Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões). Em contrapartida a Celeo Expansões emitiu ações e transferiu para a Celeo Redes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é controlada pela Celeo Expansões. **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão N° 16/2019 ("Contrato"), para o períodos de 30 anos, tem como objetivo: instalações de transmissão nos estados do Pará e do Amazonas, compostas pela (i) linha de transmissão Oriximiná - Juruti, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 138 km, com orgem na subestação Oriximiná e término na subestação Juruti, (ii) pela linha de transmissão Juruti - Parintins, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 102 km, com origem na subestação Juruti e término na subestação Parintins, (iii) pelo pátio novo de 230 kV na subestação Oriximiná, (iv) pela subestação Juruti, (v) pela subestação Parintins 230/138/13,8 kV e (vi) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 22 de março de 2019 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 22 de março de 2049. **1.2 Receita Anual Permitida -** A RAP estipulada no contrato de concessão para a Companhia é de R$ 120.122. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A RAP da Companhia é reajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração incial -** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O CPC 47 estabele o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção (que varia entre 5% e 30%) de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem (que varia entre 20% e 25%) sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 10% e 15%) definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Receitas e despesas financeiras -** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de

PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2022	2021
Conta corrente		1.110	1.080
Operações compromissadas	(a)	-	21.913
Aplicações automáticas		14	26
		1.124	**23.019**

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações foi de 56% do DI com vencimento em janeiro de 2022. A redução observada no exercício refere-se ao resgate para cumprimento das suas obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram geradas pela emissão das debêntures e do financiamento, conforme nota explicativa 12 e 13. **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante -** A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras em 2022 foi de 102,17% do DI com vencimento entre agosto e dezembro de 2023. **ii. Não circulante -** Para fins de garantia do contrato de financiamento, a Companhia deverá constituir e manter, durante todo o período de amortização da operação, conta reserva, depositando valores equivalentes ao saldo mínimo de 6 (seis) parcelas dos subcreditos A e B e 3 (três) parcelas referente ao subcredito C, o que inclui pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha recursos no valor de R$ 68.661 aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco da Amazônia. A taxa de indexação dessa aplicação é de 98,7% do DI com vencimento entre novembro de 2023 e julho de 2024.

10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**1.203.717**	**261.375**
Receita de construção	987.567	942.342
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**2.191.284**	**1.203.717**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	150.777	49.273
Não circulante	2.040.507	1.154.444
	2.191.284	**1.203.717**

11 Fornecedores	2022	2021
Materiais e serviços	29.593	30.739
	29.593	**30.739**

12 Financiamento

Financiamento	392.476	-
Custo de transação	(58.681)	-
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**333.795**	**-**
Captação	420.682	379.317
Juros	39.076	13.159
Amortização - Juros	(3.782)	-
Custo de transação	-	(59.750)
Amortização - custo de transação	2.567	1.069
Financiamento	848.452	392.476
Custo de transação	(56.114)	(58.681)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**792.338**	**333.795**

A Companhia assinou no dia 30 de outubro de 2020 uma Cédula de Crédito Bancário ("CCB") com o Banco da Amazônia S.A (BASA), tendo como Avalistas a Celeo Redes Brasil e a Celeo Redes Expansões (Avalistas), cujos recursos da CCB se destinam à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total do financiamento foi de R$ 800.000 divididos em 3 (três) subcréditos e totalmente liberado em 4 (quatro) parcelas entre 15 de junho de 2021 e 05 de dezembro de 2022. Durante o exercício de 2022 houve o desembolso de R$ 420.682. Sobre o total da dívida incidirá a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta pelo Fator de Atualização Monetária (FAM) e pelo Componente Prefixado da TFC de aproximadamente 1,3% ao ano. A dívida resultante da CCB possui fluxo de pagamentos mensais de encargos a partir de 15 de novembro de 2022 e de amortização de principal a partir de 15 de novembro de 2023 até o vencimento em 15 de novembro de 2044. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	5.459	6.522
Não circulante	786.879	327.273
	792.338	**333.795**

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	5.061
Em 2025	8.097
Em 2026	11.134
A partir de 2027	762.587
	786.879

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não constituir reserva na forma estabelecida no contrato; (b) redução do capital social após a implantação do projeto para valor inferior a 30% do saldo devedor da CCB; (c) contratação de novos endividamentos sem autorização prévia e expressa do BASA (exceto pela emissão de debêntures já autorizada pelo banco; (d) cisão, fusão ou incorporação da emitente sem a prévia autorização do BASA; (e) descumprimento da destinação do crédito concedido por meio da CCB; (f) manter o Índice de Cobertura do Serviço da dívida (ICSD) mínimo de 1,3 (um inteiro e três décimos), apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) meses de parcela de principal da dívida. (a) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção do financiamento. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar.

13 Debêntures

Debêntures	(a)	245.353	-
Custo de transação	(b)	(26.984)	-
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		**218.369**	**-**
Captação		-	220.000
Juros apropriados		28.411	25.353
Custo de transação		-	(27.722)
Amortização - custo de transação		1.107	738
Debêntures	(a)	273.764	245.353
Custo de transação	(b)	(25.877)	(26.984)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		**247.887**	**218.369**

(a) A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de abril de 2021 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R$ 220.000, sendo R$ 219.880 disponibilizado para a Companhia em abril de 2021 e R$ 120 em maio de 2021. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,6904% ao ano. As debêntures possuem fluxo de pagamentos semestrais de juros a partir de 15 de abril de 2023 e de principal a partir de 15 de abril de 2024 até o vencimento em 15 de abril de 2046. (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	24.177	-
Não circulante	223.709	218.369
	247.887	**218.369**

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	3.184
Em 2025	4.634
Em 2026	3.252
A partir de 2027	212.639
	223.709

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia e/ou a Fiadora seja a incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou da Fiadora, ou qualquer forma de reestruturação ou reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou a Fiadora; (b) realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, bem como distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (i) a Companhia e/ou a Fiadora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos demais Documentos das Obrigações Garantidas; (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de Inadimplemento; e/ou (iii) não tenha sido observado ICSD igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício imediatamente anterior; (c) redução no capital social da companhia, exceto se autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação; (d) não observância, pela Companhia, por mais de 2 vezes consecutivas e/ou por mais de 4 vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente, tendo por base as Demonstrações Financeiras da Companhia, a partir de 31 de dezembro de 2024.

14 PIS e COFINS diferidos	2022	2021
PIS	36.156	19.861
COFINS	166.538	91.483
	202.694	**111.344**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

	2022	2021
Circulante	13.947	4.558
Não circulante	188.747	106.786
	202.694	**111.344**

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Imposto de renda	206.396	116.507
Contribuição social	74.303	41.943
	280.699	**158.450**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47		
- Receita de Contrato com Cliente	280.699	158.450
	280.699	**158.450**

16 Provisões e passivos contingentes: A Companhia não possui processos com chances prováveis e possíveis de perdas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **17 Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreu aporte de capital por meio de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$ 29.103 e R$ 175.410, respectivamente, conforme nota explicativa 22. Após o aporte supracitado em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 254.475 (R$ 225.372 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 254.475.000 ações ordinárias (225.372.000 em 31 de dezembro de 2021) no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal -** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 11.877 e R$ 11.836, respectivamente. **ii. Reserva de lucros a realizar -** Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. A Companhia está em fase de construção. Desta forma, foi destinado para a reserva de lucros a realizar o montante de dividendos mínimos obrigatório que será pago no momento em que a Companhia iniciar sua operação. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 56.415 e R$ 56.222, respectivamente. **iii. Reserva de retenção de lucros -** O montante do lucro líquido após as destinações legais são reconhecidas nessa conta, mediante aprovação dos acionistas. Foi destinado para reserva de retenção de lucros o excesso de dividendos mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R$ 169.246 e R$ 168.666, respectivamente. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. De acordo com o item (b), a Companhia destinou para a reserva de lucros a realizar o montante de dividendos mínimos obrigatórios.

18 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de construção	987.567	942.395
Receita bruta	**987.567**	**942.395**
PIS e COFINS diferidos	(91.350)	(87.167)
Deduções da receita	**(91.350)**	**(87.167)**
	896.217	**855.228**

19 Custo de construção	2022	2021
Serviços	(337.675)	(158.000)
Máquinas, equipamentos e materiais	(122.233)	(283.608)
Meio ambiente	(54)	(1.670)
Fundiário	(22.114)	(16.722)
	(482.076)	**(460.000)**

20 Resultado financeiro	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	17.660	5.913
Outras receitas	125	70
Receitas financeiras	**17.785**	**5.983**
Juros das debêntures	(28.411)	(25.353)
Juros do financiamento	(39.076)	(13.159)
Outras despesas	(4.312)	(2.632)
Despesas financeiras	**(71.798)**	**(41.144)**
	(54.013)	**(35.161)**

21 Imposto de renda e contribuição social	2022	2021
Resultado antes dos impostos	**359.787**	**359.048**
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(122.328)	(122.077)
(Adições) / Exclusões	79	(247)
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota efetiva	**(122.249)**	**(122.324)**
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas: (a) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		**-**	**23.985**
Aporte		29.103	151.425
Aumento de capital por meio de integralização do AFAC	(i)	(29.103)	(175.410)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		**-**	**-**

i. Conforme descrito na nota explicativa 17 (a) o saldo refere-se a integralização do AFAC em capital social.

(b) Transações comerciais

		2022		2021	
		Passivo	Custo	Passivo	Custo
Elecnor	(i)	-	(257.780)	-	(99.000)
		-	**(257.780)**	**-**	**(99.000)**

i. Refere-se ao custo com a Elecnor do Brasil Ltda (Elecnor). A Elecnor é a empresa responsável pela construção das linhas de transmissão da Companhia. **(c) Remuneração da administração -** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras empresas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do Grupo Celeo. **23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas -** A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como os riscos (i) de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. O Grupo não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital -** A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado -** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito -** O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais -** A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras -** Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez -** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(a) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros -** A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

		Cenários		
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(23.072)	(17.304)	(11.536)
Financiamento	Aumento IPCA	42.073	31.555	21.037
Debentures	Aumento IPCA	13.163	9.872	6.581

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. **(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **24 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros era composta por R$ 56.348 para danos materiais com vigência de 22 de março de 2019 a 17 de dezembro de 2024.

José Mauricio Scovino de Souza – Diretor
Marcus Hansen Balata – Diretor
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente -** Veja as Notas 6.2, 10 e 18 das demonstrações financeiras - **Principais assuntos de auditoria -** O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Companhia para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto -** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, definição da margem de construção e O&M, definição da taxa de desconto e taxa de inflação projetada utilizadas na modelagem inicial do ativo de contrato; iii) avaliamos a atualização da contraprestação variável em função do impacto da atualização das taxas de inflação realizadas incidentes sobre a Receita Anual Permitida (RAP). v) realizamos o acompanhamento orçamentário com as gastos incorridos, para identificação de eficiência ou ineficiência a ser contabilizada por competência, e vi) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa Contador CRC RJ-100983/O-7

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ nº 02.201.787/0001-85
Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de abril de 2023, em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310 – parte – Jardim Botânico – Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberação sobre o resultado do exercício e **c)** Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023. A Administração.

UNICOOP'S – COOPERATIVA DE TRANSPORTE EXECUTIVO, TURISMO E FRETAMENTO CALIEL LTDA
CNPJ/MF N.º 01.662.480/0001-19, NIRE N.º33.4.0001584-3
ERRATA DE EDITAL DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PELO QUE O REPUBLICAMOS NA ÍNTEGRA COM AS DEVIDAS CORREÇÕES.

O Presidente em exercício da **UNICOOP'S** no uso de suas atribuições, vem pelo presente Edital convocar seus associados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 16/04/2023, na sede da cooperativa sito a Rua Manoel Fernandes Branco, n.º 121 – SS – 101 – Ilha do Governador, nesta cidade, com primeira convocação para as 12:00 horas, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação as 13:00 horas com metade mais um dos associados e em terceira e última convocação as 14:00 horas com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I – Eleição para Presidente da **UNICOOPS**, para cumprir restante do mandato da diretoria. Somente poderão votar os cooperados rigorosamente em dia com suas obrigações sociais. Rio de Janeiro, 10/04/2023. **Antônio Alberto Roque – Presidente.**

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Banco de Desenvolvimento do Estado do RJ S/A –Em Liquidação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores(as) acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 14:00 horas, na sede da empresa situada na Av. Erasmo Braga, Nº.118, 2º. Andar, Centro Rio de Janeiro-RJ**, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:A) Exame do Relatório do Liquidante, da Prestação de Contas, do Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022; B) Alteração do endereço da Sede da Sociedade .Neste sentido, observo que toda a documentação da empresa encontra-se à disposição dos acionistas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Fiscal - SPED (https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes; HASH de publicação **824DE38BC27346CBCEE5DAA5E486EC3011927116** e em sua sede localizada na Rua Erasmo Braga, n.118, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro (art.133, Lei 6.404/76), salientando ainda que o processo de prestação de contas tramita sob o SEI 150217/000005/2023. Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2023, Rodrigo Felix Sarruf Cardoso, Liquidante.

CIFERAL COMERCIO E INDUSTRIA S/A EM LIQUIDAÇÃO
CNPJ Nº 33.012.683/0001-56 – NIRE 33300026614
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores(as) acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 15:00 horas, na sede da empresa situada na Av. Erasmo Braga, Nº.118, 2º. Andar, Centro Rio de Janeiro-RJ**, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:A) Exame do Relatório do Liquidante, da Prestação de Contas, do Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2022; B) Alteração do endereço da Sede da Sociedade .Neste sentido, observo que toda a documentação da empresa encontra-se à disposição dos acionistas na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Fiscal - SPED (https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes;HASH de publicação **0BF14949FA7F782474FFAA96FFEE3FDBC07ACACA** e em sua sede localizada na Rua Erasmo Braga, n.118, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro (art.133, Lei 6.404/76), salientando ainda que o processo de prestação de contas tramita sob o SEI 150217/000003/2023. Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2023, Rodrigo Felix Sarruf Cardoso, Liquidante.

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 6 de abril de 2023. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

OCEANPACT LOGÍSTICA LTDA.
NIRE 33.2.1105134-6
EDITAL

OCEANPACT LOGÍSTICA LTDA., com sede à Rua da Glória, 122, Salas 801, 802, 901, 902, Glória, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20241-180, NIRE 33.2.1105134-6, e unidade armazenadora situada à Via 5 Projetada (parte), s/nº, Lote A 12, Distrito Industrial, Praia do Açu, São João da Barra, Rio de Janeiro, CEP 28.200-000, NIRE 33.9.0179562-1, representada pelo Sr. Patrick Borlini Naitzel, inscrito no CPF 111.075.387-00, que assinou, em 14/03/2022, o Termo de Responsabilidade de Fiel Depositário conforme processo JUCERJA 00-2022/852027-4 e SEI-220011/002228/2022, está habilitada a funcionar como Armazém Geral de acordo com o art. 1º, §2º do Decreto Federal nº 1.102, de 21.11.1903, conforme "Documento de Armazéns Gerais" registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00005173078, em 17/11/2022.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.
CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11
CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. ("Sociedade") convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 17:40h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson 231, 28º andar (parte), com vistas a deliberar sobre a seguinte matéria: Tomar as contas da administração e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. **Instruções Gerais:** Os instrumentos de mandato, para representação na Reunião, deverão ser depositados na sede social da Sociedade com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Reunião.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023.
MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

Hospital Federal dos Servidores do Estado — SUS — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIRETORIA DE INTEGRIDADE
CORREGEDORIA-GERAL
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PORTARIA Nº 220, DE 31 DE MARÇO DE 2022

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

À Senhora Silvia Nobre Lopes
Endereço: Rua Marques de Muritiba, nº 652, Bairro Cocota, fundos, RJ
Telefone: (21) 987692220
E-mail: swaiapi@gmail.com

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (rito ordinário), designada pela Portaria constante do presente cabeçalho, incumbida de apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 25000.044025/2022-60, bem como proceder ao exame de atos e fatos conexos que emergirem no curso da investigação, venho **NOTIFICÁ-LO(A)** de que se encontra na situação de NOTIFICADO(A) PREVIAMENTE, para os devidos efeitos legais, a partir da data da ciência deste documento, especialmente, para assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório, que lhe é garantido pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como pelo art. 156 da Lei nº 8.112/90, podendo acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, e todos os demais atos de defesa, admitidos por lei, que entenda necessário.

Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, e conforme deliberado na Ata de deliberação de 28/04/2022, concedo ao(à) senhor(a) **o prazo de 20 (vinte) dias**, na forma do parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 9.784/99, para:

a) informar endereço eletrônico (*e-mail*) ou número de telefone celular do senhor e de seu(s) procurador(es), pelos quais ocorrerão as comunicações e a transmissão de atos e termos deste processo, tendo em vista que este órgão trabalha com processo eletrônico, nos termos do *caput* do art. 193, *caput* do art. 270 do Código de Processo Civil c/c art. 4º, *caput*, do Decreto nº 8.539/2015 c/c parte final do §3º do art. 26 da Lei nº 9.784/99);

b) especificar as provas que pretende produzir, indicando a pertinência com o assunto apurado no presente processo, nos termos do art. 156 da Lei nº 8.112/90. No caso de solicitação de provas testemunhais, requer-se que seja apresentado rol de testemunhas no qual deve ser esclarecida a pertinência de cada oitiva em breve arrazoado, sob pena de indeferimento, sendo necessário para a qualificação a apresentação de endereço eletrônico (*e-mail*) e de endereço residencial, bem como os telefones celular, comercial e residencial de cada uma das testemunhas.

A petição contendo estas informações deverá ser encaminhada ao presidente da Comissão, preferencialmente por meio do endereço de *e-mail* ao final indicado, devendo, no caso de procurador, apresentar a respectiva procuração com poderes *extra judicia*. Para o acompanhamento da íntegra do processo e para o encaminhamento das futuras petições, informo que este órgão utiliza o Sistema Eletrônico de Processos (SEI), com base no Decreto nº 8.539/2015, sendo necessário que o(a) senhor(a) e seu procurador realizem no site *https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0* seu cadastramento como usuário externo do Sistema SEI.

Por fim, conforme prevê o art. 22 da Lei nº 9.784/99 c/c o art. 188 do Código de Processo Civil, informo que o inteiro teor dessa apuração foi enviado ao vosso *e-mail swaiapi@gmail.com*, via autorização de acesso de usuário externo que lhe é assegurada através do Sistema Eletrônico de Processos (SEI).

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser realizados pessoalmente, no horário de funcionamento da CPAD, às segundas, terças e sextas, de 07:00 às 16:00 hs, no telefone (21) 2291-3131 ramal 3005, por meio do *e-mail* do servidor que se encontra na presidência desta comissão (*alameu@hse.rj.saude.gov.br ou alfredo.lameu@saude.gov.br*) ou no local de funcionamento da CPAD, na Área de Procedimento Administrativo Disciplinar do Hospital Federal dos Servidores do Estado, situada na Rua Sacadura Cabral, nº 178, Saúde/Gamboa, RJ, prédio anexo IV.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023
Alfredo Mello Lameu
SIAPE 1737107
Presidente do PAD ordinário n° 25000.044025/2022-60

LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A
CNPJ nº 33.547.449/0001-23
Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28 de abril de 2023, em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Aprovação das demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022; **b)** Deliberação sobre os resultados dos exercícios e **c)** Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023. A Diretoria.

EMISSÃO S/A
CNPJ/ME nº 39.110.879/0001-60 - NIRE nº 3330030994-2
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Emissão S/A** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 14/04/2023, às 10:00 horas, de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 132, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; e **(ii)** aceitar a renúncia dos conselheiros atuais e aprovar novos membros para o Conselho de Administração da Companhia. **Informações gerais:** Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhado do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail cesar@mplegal.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE (isto é, até às 10:00 horas do dia 12/04/2023). Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores Acionistas, que manifestarem seu interesse em participar da AGE por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGE, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo Acionista. Rio de Janeiro, 04/04/2023. **Presidente do Conselho de Administração.**

Hospital Federal dos Servidores do Estado — SUS — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

DIRETORIA DE INTEGRIDADE
CORREGEDORIA-GERAL
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PORTARIA Nº 222, DE 31 DE MARÇO DE 2022

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

À Senhora Silvia Nobre Lopes
Endereço: Rua Marques de Muritiba, nº 652, Bairro Cocota, fundos, RJ
Telefone: (21) 987692220
E-mail: swaiapi@gmail.com

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (rito ordinário), designada pela Portaria constante do presente cabeçalho, incumbida de apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 25000.044274/2022-55, bem como proceder ao exame de atos e fatos conexos que emergirem no curso da investigação, venho **NOTIFICÁ-LO(A)** de que se encontra na situação de NOTIFICADO(A) PREVIAMENTE, para os devidos efeitos legais, a partir da data da ciência deste documento, especialmente, para assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório, que lhe é garantido pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como pelo art. 156 da Lei nº 8.112/90, podendo acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, e todos os demais atos de defesa, admitidos por lei, que entenda necessário.

Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, e conforme deliberado na Ata de deliberação de 28/04/2022, concedo ao(à) senhor(a) **o prazo de 20 (vinte) dias**, na forma do parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 9.784/99, para:

a) informar endereço eletrônico (*e-mail*) ou número de telefone celular do senhor e de seu(s) procurador(es), pelos quais ocorrerão as comunicações e a transmissão de atos e termos deste processo, tendo em vista que este órgão trabalha com processo eletrônico, nos termos do *caput* do art. 193, *caput* do art. 270 do Código de Processo Civil c/c art. 4º, *caput*, do Decreto nº 8.539/2015 c/c parte final do §3º do art. 26 da Lei nº 9.784/99);

b) especificar as provas que pretende produzir, indicando a pertinência com o assunto apurado no presente processo, nos termos do art. 156 da Lei nº 8.112/90. No caso de solicitação de provas testemunhais, requer-se que seja apresentado rol de testemunhas no qual deve ser esclarecida a pertinência de cada oitiva em breve arrazoado, sob pena de indeferimento, sendo necessário para a qualificação a apresentação de endereço eletrônico (*e-mail*) e de endereço residencial, bem como os telefones celular, comercial e residencial de cada uma das testemunhas.

A petição contendo estas informações deverá ser encaminhada ao presidente da Comissão, preferencialmente por meio do endereço de *e-mail* ao final indicado, devendo, no caso de procurador, apresentar a respectiva procuração com poderes *extra judicia*. Para o acompanhamento da íntegra do processo e para o encaminhamento das futuras petições, informo que este órgão utiliza o Sistema Eletrônico de Processos (SEI), com base no Decreto nº 8.539/2015, sendo necessário que o(a) senhor(a) e seu procurador realizem no site *https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0* seu cadastramento como usuário externo do Sistema SEI.

Por fim, conforme prevê o art. 22 da Lei nº 9.784/99 c/c o art. 188 do Código de Processo Civil, informo que o inteiro teor dessa apuração foi enviado ao vosso *e-mail swaiapi@gmail.com*, via autorização de acesso de usuário externo que lhe é assegurada através do Sistema Eletrônico de Processos (SEI).

Quaisquer esclarecimentos adicionais poderão ser realizados pessoalmente, no horário de funcionamento da CPAD, às segundas, terças e sextas, de 07:00 às 16:00 hs, no telefone (21) 2291-3131 ramal 3005, por meio do *e-mail* do servidor que se encontra na presidência desta comissão (*alameu@hse.rj.saude.gov.br ou alfredo.lameu@saude.gov.br*) ou no local de funcionamento da CPAD, na Área de Procedimento Administrativo Disciplinar do Hospital Federal dos Servidores do Estado, situada na Rua Sacadura Cabral, nº 178, Saúde/Gamboa, RJ, prédio anexo IV.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023
(assinado eletronicamente via SEI)
Alfredo Mello Lameu
SIAPE 1737107
Presidente do PAD ordinário n° 25000.044274/2022-55

SERRA DA PRATA ENERGIA

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações contábeis da **Energética Serra da Prata S.A.** e o relatório dos auditores independentes.

Balanço patrimonial em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.968	38.811
Contas a receber de clientes	5	8.277	6.591
Adiantamentos diversos	6	1.317	20
Despesas antecipadas		-	191
Total do Ativo Circulante		**22.562**	**45.613**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	13.814	12.322
Contrato de mútuo - parte relacionada	8	-	37.908
Depósitos judiciais e cauções		808	270
Direito de uso	9	10.291	9.605
Imobilizado	10	127.988	133.626
Intangíveis		104	-
Ativo fiscal diferido		453	1.113
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	14.2	382	939
Total do Ativo Não Circulante		**153.840**	**195.783**
Total do Ativo		**176.402**	**241.396**

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	11	3.806	2.092
Impostos corrente a pagar		293	65
Obrigações trabalhistas e sociais		6	-
Contas a pagar	12	2.716	13.201
Contas a pagar parte relacionada	8	-	554
Empréstimos	13	11.931	11.942
Dividendos a pagar	8	6.843	36.568
Obrigações por arrendamentos	9	511	385
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	14.1	492	296
Outros passivos circulantes		-	-
Total Passivo Circulante		**26.598**	**65.103**
Não Circulante			
Contas a pagar	12	10.206	14.242
Empréstimos	13	29.829	41.749
Obrigações por arrendamentos	9	11.694	10.536
Total Passivo Não Circulante		**51.729**	**66.527**
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	87.810	87.810
Capital a integralizar	16	-	(90)
Reserva legal	16	10.265	8.534
Reserva de lucros	16	-	13.512
Total Patrimônio Líquido		**98.075**	**109.766**
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		**176.402**	**241.396**

Demonstração do resultado do exercício
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	63.453	43.813
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	(15.082)	(15.136)
Resultado operacional bruto		**48.371**	**28.677**
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	19	(9.725)	(7.461)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**38.646**	**21.216**
Despesas financeiras	20	(5.524)	(6.254)
Receitas financeiras	20	5.495	1.646
Resultado financeiro líquido		**(29)**	**(4.608)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**38.617**	**16.608**
Contribuição social	14	(1.052)	(752)
Imposto de renda	14	(2.381)	(1.506)
Contribuição social diferida	14	(195)	158
Imposto de renda diferido	14	(362)	292
Resultado líquido do exercício		**34.627**	**14.800**

Demonstração do resultado abrangente
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	34.627	14.800
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucros líquido do exercício	**34.627**	**14.800**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	**87.810**	**(90)**	**13.512**	**7.794**	**-**	**109.026**
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	-	-	-	-	14.800	14.800
Constituição de reservas	-	-	-	740	(740)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(14.060)	(14.060)
Saldo em 31 dezembro 2021	**87.810**	**(90)**	**13.512**	**8.534**	**-**	**109.766**
Integralização de capital	-	90	-	-	-	90
Lucro (prejuizo) líquido do exercício	-	-	-	-	34.627	34.627
Constituição de reservas	-	-	-	1.731	(1.731)	-
Dividendos pagos	-	-	(13.512)	-	(29.000)	(42.512)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(3.896)	(3.896)
Saldo em 31 dezembro 2022	**87.810**	**-**	**-**	**10.265**	**-**	**98.075**

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	38.617	16.608
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		-
Depreciação / Amortização	6.547	6.349
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas	(165)	(32)
Juros sobre empréstimos tomados	3.656	4.600
Juros – outros	1.659	-
Perdão de dívida	4.514	-
Alterações nas provisões	-	17.903
Tributos diferidos	660	(533)
Rendimento sobre aplicação financeira	(5.304)	(1.613)
	50.184	**43.282**
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.686)	(2.196)
Estoques de almoxarifado	155	-
Depósitos judiciais	(538)	(270)
Adiantamentos	(1.298)	(19)
Despesas antecipadas	191	(191)
Tributos a recuperar	(1.327)	(1.381)
Outros ativos	-	164
Fornecedores	1.713	1.627
Contas a pagar - Eletrobras	(14.254)	(7.309)
Impostos correntes a pagar	233	847
Contas a pagar - parte relacionada	(554)	296
Obrigações Trabalhistas e Sociais	2	-
Obrigações por arrendamentos	(2.091)	(1.200)
Outros passivos	(267)	(274)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.910)	(1.576)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**28.553**	**31.800**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	90	-
Aquisição de imobilizado	(32)	(138)
Compras de ativos intangíveis	(106)	-
Títulos e valores mobiliários	(1.492)	-
Aplicações financeiras e recursos financeiros	5.304	1.104
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**3.764**	**966**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de empréstimos	-	7
Pagamento de empréstimos	(11.127)	(11.127)
Juros pagos de empréstimos	(4.461)	(5.388)
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas	29	-
Dividendos pagos	(42.602)	(49)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(58.160)**	**(16.557)**
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	**(25.843)**	**16.209**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	38.811	22.602
No final do exercício	12.968	38.811
Redução (aumento) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(25.843)**	**16.209**

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se na sede da Companhia.

Diretoria executiva
Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca - Diretora Financeira
Vagner Alexandre Serratto - Diretor de Operações
Responsável técnico pelas demonstrações financeiras
Leandro Barbalho de Brito Contador CRC-RJ 092.334/O-9

OUTONO: Sol com algumas nuvens ao amanhecer. Noite nublada. Manhã Tarde Noite 28º 16º 5% 06:19 17:55

IPTU

Prefeitura dará 95% de desconto em juros e multas de dívidas

A Prefeitura de São Paulo vai conceder descontos de 95% nas multas e juros das dívidas do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) do ISS (Imposto sobre Serviço) de estabelecimentos comerciais e imóveis do centro histórico. A intenção é beneficiar os setores de comércio e serviços da cidade que foram mais impactados pela crise econômica que se seguiu à pandemia de Covid-19.

O desconto nas dívidas do IPTU será concedido a imóveis cadastrados como cinema, teatro, casa de show, hotel ou hospedaria em toda a cidade. São prédios cadastrados com o código de uso 70 e 80 no alvará municipal. No centro histórico, o desconto pode ser concedido a qualquer tipo de imóvel, independentemente do tipo de uso cadastrado.

Já a regularização de dívidas do ISS será concedida a empresas de algumas econômicas, como academias de ginástica, cabeleireiros, ateliês de costura e transportes escolares, entre outros. A escolha dessas atividades foi feita com base em um levantamento da Secretaria Municipal de Fazenda sobre os setores mais impactados pela crise do coronavírus, a pedido da PGM (Procuradoria-Geral do Município), responsável pelo programa.

A prefeitura calcula que a medida deve beneficiar cerca de 26 mil devedores e regularizar R$ 2 bilhões que hoje estão inscritos na dívida ativa com o município. O programa deve incluir a regularização de débitos que estejam protestados ou em discussão judicial.

A inclusão no programa só vale para dívidas até o limite de R$ 510 mil por ano. A lei não permite a transação tributária para dívidas maiores do que esse valor em cada exercício. Não haverá corte no valor original da dívida, apenas de juros e multas.

O pagamento dos débitos poderão ser parcelados em até dez anos, segundo a prefeitura. O valor deve ser ajustado pela taxa básica de juros, a Selic. Haverá um valor mínimo para as parcelas, de R$ 25 para dívidas de pessoas físicas e R$ 150 para empresas.

É a primeira vez que a Prefeitura de São Paulo faz um programa desse tipo, que tem como base a Lei da Transação Tributária, aprovada pelo Congresso Nacional em 2020 após a edição de uma medida provisória pelo governo federal.

"É uma maneira de tentar fazer justiça tributária", diz a procuradora-geral do município, Marina Magro Beringhs Martinez.

Quem se inscrever e for aprovado para receber o benefício receberá o desconto total de 95%, que é linear e valerá tanto para o IPTU quanto para o ISS.

A previsão é que as inscrições para interessados ocorram a partir do dia 24 de abril e fiquem abertas até agosto. Depois, essa fase do programa será encerrada. Um edital com as regras será publicado nesta semana.

A prefeitura promete retirar o nome do devedor do Cadin (Cadastro Informativo Municipal) e suspender os processos de cobrança a partir do momento da formalização do acordo, o que ocorre no pagamento da primeira parcela.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das Classes Sênior e Subordinada da 3ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das Classes Sênior("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 09:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas por Titulares que representem 50% mais um dos CRA em Circulação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail corporate@vortx.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – [CRA - VENDRU]", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de abril de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 24 do *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização com Lastro Diversificado* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 10:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pela maioria dos presentes. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais; A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA VALORIZA", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 06 de abril de 2023

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

BOTA FORA

Tarcísio libera estudos para privatizar Sabesp e CPTM

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) autorizou ontem a contratação e realização de estudos para privatização da Sabesp e das linhas de trens da CPTM que ainda estão com o poder público.

O anúncio foi apresentado durante o balanço dos cem dias de governo. Os estudos de viabilidade serão contratados pela Secretaria de Parcerias em Investimentos.

Ao falar sobre a Sabesp, o governo comentou que as pessoas "estão menos resistentes" e "mais acostumados aos serviços privados".

Pesquisa Datafolha, porém, mostrou que a privatização da companhia de saneamento paulista é rejeitada pela maior parcela dos moradores do estado.

De acordo com o levantamento, 53% dos entrevistados dizem ser contra a transferência da empresa para a iniciativa privada, enquanto 40% são a favor. A minoria (1%) declara ser indiferente, e 6% não sabem.

Tarcísio reforçou na abertura da apresentação que é preciso cumprir promessas de campanha para que as pessoas recuperem a fé na política.

A privatização da Sabesp foi uma das propostas do governador durante a corrida eleitoral ao Palácio dos Bandeirantes.

Sobre a CPTM, a privatização pretendida pelo governo é para o conjunto das linhas 10-turquesa, 11-coral, 12-safira, 13-jade, além da futura linha 14-ônix, que fará a ligação com Guarulhos, na Grande São Paulo.

Como a Folha de S.Paulo vem mostrando, as duas linhas atualmente concedidas à iniciativa privada, 8-diamante e 9-esmeralda, apresentam uma série de problemas, desde superlotações e atrasos a descarrilamento de trens com passageiros. Os trecos são operados pela empresa ViaMobilidade.

Na apresentação, as parcerias com a iniciativa privada ganharam destaque. Tarcísio mencionou iniciativas para atrair R$ 180 bilhões de investidores para o portfólio de projetos do estado. Além de projetos de mobilidade, como a ligação de trem entre São Paulo e Campinas, o governador destacou que o setor privado participará da construção do novo centro administrativo do governo do estado, na região dos Campos Elíseos.

Tarcísio também assinou nesta segunda a autorizações para a abertura de concursos para contratação 5.400 soldados da Polícia Militar de 2ª classe, além de 200 alunos oficiais.

Também no pacote de privatizações está a desestatização da Emae (Empresa

TRANSPORTE PÚBLICO

Erundina coleta assinaturas para apresentar 'PEC da Tarifa Zero'

FOLHAPRESS

A deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP) já recolheu 32 assinaturas em apoio a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que busca garantir a isenção da tarifa em transportes coletivos de todo o Brasil. Ao todo, são necessários 171 signatários para que a proposta seja apreciada pela Câmara dos Deputados.

A parlamentar propõe a criação de um sistema de transporte público universal e sem cobrança ao usuário, aos moldes do que já ocorre com o SUS (Sistema Único de Saúde). Ele seria custeado por meio de uma contribuição paga por empregadores e por proprietários de veículos automotores que fazem uso das vias das cidades.

"Assim como acontece com outros direitos sociais, como a saúde e a educação, o Estado não pode impor barreiras, especialmente econômicas, para o exercício do direito ao transporte", afirma Erundina. "A tarifa representa, na prática, barreira imposta àqueles que não têm condições de arcar com os valores das passagens", diz ainda.

A "PEC da Tarifa Zero", como foi apelidada pelo mandato da deputada, foi formulada em conjunto com entidades como a ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), o MPL (Movimento Passe Livre e o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). A Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana da Prefeitura de São Paulo também teria contribuído, segundo a parlamentar.

"A proposta tem o condão de viabilizar a efetivação do direito ao transporte, garantido pela própria Constituição como direito social. O texto estabelece as bases para que a legislação seja construída de forma a distribuir os benefícios e as responsabilidades que envolvem a construção de um sistema de mobilidade verdadeiramente universal e acessível a todos", afirma a deputada federal.

No ano passado, a ideia de tirar a cobrança do transporte público ganhou impulso no Brasil. Além do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que disse analisar a ideia, ao menos 11 cidades passaram a adotá-la. O tema chegou a ser debatido pela equipe de transição do governo Lula.

Atualmente, as empresas pagam o benefício apenas aos funcionários que usam ônibus e trens. Uma das ideias para custear o passe livre é mudar o modelo: as companhias passariam a pagar ao governo uma taxa de transporte para todos os funcionários, sendo que o valor por empregado seria menor do que o gasto atual.

Até hoje, nenhuma grande metrópole adotou tarifa zero de forma completa, sobretudo porque os custos de manter um sistema para transportar milhões de pessoas por dia são muito elevados. A cidade de São Paulo gastou, em 2021, R$ 3,3 bilhões em subsídios para a rede de ônibus, fora o valor pago pelos passageiros.

A capital paulista, no entanto, já foi pioneira em outras mudanças no transporte. Em 2004, lançou o Bilhete Único, que permite mais de uma viagem com uma só cobrança, em determinado período. A mudança abriu mais possibilidades de deslocamento aos usuários, especialmente os das periferias.

Quando o Bilhete Único foi integrado ao metrô, alguns anos depois, o total de passageiros nos vagões teve forte alta, mostrando que havia uma grande demanda reprimida pelo transporte.

Cidades que estão adotando agora a tarifa zero no Brasil também registram forte procura. Em , a cobrança foi abolida em agosto de 2021. Desde então, o total de viagens de ônibus passou de cerca de 500 mil para mais de 2 milhões mensais.

O diretor do Sesc São Paulo, Danilo Santos de Miranda, e a apresentadora Marília Gabriela compareceram à estreia da peça "A Cerimônia do Adeus", realizada no Teatro Anchieta, do Sesc Consolação, em São Paulo, no último sábado (8). Dirigido por Ulysses Cruz, o espetáculo tem a atriz Malu Galli em seu elenco. A atriz Helena Ranaldi prestigiou o evento.

AMPARO

Prefeitura intensifica ação social para pessoas de rua

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A prefeitura paulista iniciou, ontem, o programa Ampara SP, ação voltada para adesão do acolhimento social de pessoas em situação de rua. O objetivo é aumentar a adesão desta população aos serviços de assistência da rede municipal, visando aprimorar medidas já adotadas pelas equipes da assistência social e das subprefeituras.

Neste novo modelo, 46 técnicos especializados vão atuar 24 horas por dia, sete dias por semana, nos pontos com maior concentração de população que vive nas ruas da cidade. Serão duas equipes de 23 pessoas – compostas de pedagogos, sociólogos, terapeutas ocupacionais e arte-educadores – que se revezarão nos plantões para dar atendimento integral com escuta e acolhimento.

"Quando desejarem, os abordados serão encaminhados para vagas contratadas pela prefeitura em hotéis, localizados no centro da cidade, que estarão preparados para receber, em equipamentos separados, pessoas sozinhas, com deficiência, famílias, idosos e população LGBTQIA+. Nos hotéis receberão, além da hospedagem, café da manhã, almoço, lanche e jantar. As vagas serão fixas e não apenas para pernoite", informou a prefeitura.

O atendimento é integral, com escuta e acolhimento feitos por profissionais interdisciplinares, tais como pedagogos, sociólogos, terapeutas ocupacionais e arte-educadores.

"O projeto piloto é um aprimoramento das medidas já adotadas pelas equipes, com diversidade de metodologias e ações de especialistas que estarão empenhados para sensibilizar as pessoas sobre as questões acerca da situação de rua, da oferta de atendimento na rede socioassistencial, bem como do acolhimento e qualificação profissional", informou a prefeitura em nota.

CRÍTICAS

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo disse que a retirada de barracas desmontáveis e outros pertences pessoais desta população é prática ilegal e vedada pelo Decreto Municipal nº 59.246/2020 e que tem recebido, diariamente, relatos de ações que contrariam as políticas estabelecidas e as normas mencionadas, como o uso de jatos d'água e a tomada abusiva de pertences.

"Neste sentido, a Defensoria Pública já obteve judicialmente duas condenações do município, em ações civis públicas sobre o tema. Além disso, em conjunto com outras entidades, levou a questão ao Supremo Tribunal Federal por meio da ADPF 976, na qual se pleiteia a declaração da inconstitucionalidade da retirada de pertences das pessoas em situação por configurar violação aos direitos dessa população, infringindo os direitos fundamentais da igualdade e propriedade", diz a nota.

Na avaliação do padre Júlio Lancelotti da Pastoral do Povo de Rua, o projeto está "estranho" já que segundo ele, não se sabe para onde as pessoas estão sendo levadas. "Nosso pessoal, que acompanhou o trabalho, perguntou hoje para onde essas pessoas estavam sendo levadas e eles disseram que não podiam falar, e que se alguém fotografasse eles não levariam". Lancelotti disse que nem mesmo a prefeitura está informando a pastoral sobre o destino dos recolhidos.

SARUTAIÁ

Menina é achada morta com sinais de estupro e espancamento

Uma adolescente de 13 anos foi achada morta no domingo passado dentro de casa com sinais de estupro e espancamento. O caso aconteceu em Sarutaiá (SP).

O padrasto, de 28 anos, e a mãe da vítima, de 31, foram presos em flagrante por suspeita de feminicídio e estupro de vulnerável.

Ao chegar em casa, a mãe teria encontrado a filha desacordada e machucada.

A vítima foi levada ao Hospital de Piraju, mas não resistiu aos ferimentos, informou em nota a SSP (Secretaria de Segurança Pública).

A vítima pode ter sido agredida com pedaços de madeira, desconfiam funcionários da unidade de saúde que ela foi encaminhada.

A Polícia Civil solicitou exames periciais ao IC (Instituto de Criminalística) e ao IML (Instituto de Medicina Legal). O caso será investigado pela delegacia de Piraju.

100 DIAS

Lula: governo fará diferença 'superando as dificuldades'

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva completou ontem, 100 dias de gestão. Em cerimônia no Palácio do Planalto, ele disse que o governo federal pretender fazer a diferença superando as dificuldades que se apresentarem.

"Agradeçam às pessoas que acham que o Brasil não vai bem, que fazem críticas. Elas estão dizendo exatamente aquilo que a gente não deve fazer", afirmou.

Segundo Lula, de janeiro a março deste ano, o governo empenhou R$ 3,3 bilhões, contra R$ 892 milhões empenhados pelo governo de Jair Bolsonaro nos três primeiros meses do ano passado.

Lula citou, no mesmo período, R$ 323 milhões investidos em recursos hídricos contra R$ 82 milhões no ano anterior; R$ 535 milhões em ciência e tecnologia contra R$ 128 milhões em 2022; R$ 145 milhões em infraestrutura de saúde contra R$ 56 milhões no ano anterior; R$ 328 milhões em hidrovias contra R$ 34 milhões em 2022; e R$ 203 milhões em habitação contra nenhum investimento nos três primeiros meses do ano passado.

"Esta é uma pequena demonstração de como vamos fazer a diferença nesse país. E vamos fazer a diferença superando as dificuldades que se apresentarem para nós", disse.

"O Brasil voltou a cuidar do que era urgente e inadiável, cuidar de seu povo", concluiu.

Mais cedo, o governo federal divulgou uma lista de políticas públicas e ações realizadas nos últimos três meses.

COMBATE À FOME

O Bolsa Família foi retomado pelo governo com valor mínimo de R$ 600 e um adicional de R$ 150 para cada criança até seis anos na composição familiar. Em março, primeiro mês de pagamentos, mais de 21,1 milhões de famílias receberam um valor médio de R$ 670,33.

SAÚDE

A retomada do programa Mais Médicos, rebatizado de Mais Médicos para o Brasil, possibilitou a abertura de 15 mil vagas e promete fixar, até o fim do ano, 28 mil profissionais em todo o país, sobretudo em áreas de extrema pobreza.

HABITAÇÃO

O programa Minha Casa, Minha Vida também foi retomado com a proposta de restabelecer imóveis subsidiados para pessoas em situação de vulnerabilidade. De acordo com o balanço, foram entregues 5.693 moradias em 14 municípios de oito estados brasileiros.

SEGURANÇA

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), destinado à prevenção, ao controle e à repressão da criminalidade, foi relançado em 2023 e conta com R$ 700 milhões assegurados para investimentos.

MEIO AMBIENTE

O governo federal cita a proteção à Floresta Amazônica e demais biomas brasileiros como "topo das prioridades". O Fundo Amazônia, parado desde 2019, foi reativado por meio de decreto assinado no dia 1º de janeiro.

POVOS INDÍGENAS

Em meio à grave crise humanitária do povo yanomami, Lula editou decreto que cria o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária dessas populações e o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

COMBATE AO RACISMO

O balanço cita ainda a publicação da Lei nº 14.532/2023, que equipara a injúria racial ao crime de racismo, e o decreto que determina a reserva de 30% de cargos de confiança para pessoas negras em cargos em comissão e funções de confiança da administração federal.

POLÍTICA EXTERNA

Em 100 dias, Lula visitou a Argentina e o Uruguai, onde discutiu parcerias comerciais, questões ambientais e o fortalecimento do Mercosul. Ele também se reuniu com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, mas não chegou a visitar a China em razão de um problema de saúde.

SANTA CATARINA

Mello colocará pessoas armadas nas escolas

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), anunciou ontem que pretende colocar uma pessoa armada em cada uma das 1.053 escolas estaduais. A ação é uma resposta ao ataque contra a creche Cantinho Bom Pastor em Blumenau (SC), que deixou quatro crianças mortas.

A medida seria colocada em prática dentro de 60 dias e, segundo ele, custaria em torno de R$ 70 milhões por ano. O anúncio foi feito durante um balanço dos 100 dias da sua gestão.

Mello afirmou que uma das ideias é chamar policiais já aposentados -"que têm experiência, credibilidade, conhecem o bairro e a escola". Ele também mencionou a possibilidade de treinar professores, para que saibam usar gás de pimenta, por exemplo, se for necessário. Segundo ele, nesta segunda-feira já começou a ser feita uma ronda policial nas escolas para "dar sensação de segurança". Ele prometeu um comitê permanente sobre segurança nas escolas. Mello esteve em Blumenau no dia do ataque, na quarta-feira passada. Quatro crianças foram mortas por um homem de 25 anos que pulou o muro da creche e atacou as vítimas.

Outras quatro crianças ficaram feridas e precisaram ser internadas -foram liberadas no dia seguinte pelo hospital. O homem depois se entregou à Polícia Militar. Ele está em um presídio na cidade.

O centro educacional Bom Pastor fica no bairro Velha de Blumenau. É um estabelecimento particular e atende desde bebês até crianças de 12 anos de idade, que fazem o contraturno no local.

Nota

DEFESA PEDE A MINISTRO DO STF LIBERDADE PARA ANDERSON TORRES

A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres pediu, ontem, a revogação da prisão dele. Em petição enviada ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso, os advogados afirmam que Torres não oferece risco às investigações e pedem que a prisão seja substituída por medidas cautelares. Torres está preso desde 14 de janeiro em função das investigações sobre os atos golpistas ocorridos no dia 8 daquele mês. Na ocasião, Torres estava à frente da Secretaria de Segurança do DF. O inquérito no STF apura suposta omissão na contenção dos atos. Para os advogados, Torres pode deixar a prisão por não oferecer riscos à apuração do inquérito. No pedido de soltura, a defesa também citou a situação da família de Anderson Torres. "Após a decretação da custódia cautelar do requerente, suas filhas, infelizmente, passaram a receber acompanhamento psicológico, com prejuízo de frequentarem regularmente a escola.

REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A. - *Companhia fechada*
CNPJ/MF nº 35.948.363/0001-38 - NIRE 33.3.0026983-5

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Ficam os senhores acionistas da **REAL ENGENHARIA INVESTIMENTOS S.A.** ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia"), que ocorrerá no dia 19/04/23, às 15:00 horas, **sob formato exclusivamente digital**, a fim de apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tomar as contas da Diretoria, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/22; **2.** A proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **3.** A fixação do número de membros para compor a Diretoria da Companhia; **4.** A eleição dos Diretores da Companhia; e **5.** A remuneração anual global dos Diretores para o exercício social a ser encerrado em 31/12/23. **Documentos da Assembleia:** os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") foram publicados no jornal Diário do Acionista. Os acionistas que desejarem o envio dos documentos por meio digital, devem solicitá-los à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Participação na Assembleia:** os acionistas participarão da Assembleia nos termos do art. 126 da Lei das S.A. A Assembleia será realizada por videoconferência, em plataforma digital específica, nos termos do Manual de Registro de Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81/20. As instruções detalhadas para a participação virtual devem ser solicitadas pelos acionistas interessados à Companhia com, pelo menos, 24 horas de antecedência, por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. **Votação:** para a votação na Assembleia, os acionistas poderão optar por manifestar seu voto (i) por participação remota durante a videoconferência; ou (ii) via boletim de voto a distância enviado à Companhia, com no mínimo 5 dias de antecedência da Assembleia. Em qualquer hipótese, o acionista deverá comunicar a sua escolha e solicitar as instruções detalhadas para sua participação à Companhia por meio do e-mail investimentos@realengenharia.com.br. Rio de Janeiro, 11/04/23. **Mario de Andrade Ramos Neto** - Diretor

RECREIO VEÍCULOS S.A.

CNPJ: 39.531.199/0001-10–NIRE: 33300304959

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$)

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.567.704	535.579
Clientes	8.473.409	7.938.813
Créditos fábrica e terceiros	6.263.636	7.604.871
Estoques	51.325.860	31.962.505
Impostos a recuperar	29.298	26.881
Despesas antecipadas	287.495	159.400
Total do circulante	**67.947.402**	**48.228.049**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	1.033.652	1.187.766
Outros valores	-	642.556
	1.033.652	**1.830.322**
Investimentos	2.904.036	2.859.625
Imobilizado	35.995.294	29.018.583
Ativo de direito de uso	816.955	552.083
Total do não circulante	**40.749.937**	**34.260.613**
Total do ATIVO	**108.697.339**	**82.488.662**
PASSIVO		
Circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fornecedores de veículos e peças	36.963.493	19.870.016
Fornecedores de consumo	1.601.257	2.260.095
Empréstimos e financiamentos	2.203.946	-
Arrendamentos a pagar	401.605	699.571
Obrigações trabalhistas	3.885.114	3.695.189
Tributos a recolher	2.571.222	2.411.383
Adiantamentos de clientes	4.198.577	1.610.206
Dividendos a pagar	-	150.000
Outras obrigações	1.333.568	1.337.174
Total do circulante	**53.158.782**	**32.033.634**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	752.965
Arrendamentos a pagar	460.194	19.845
Outras obrigações	-	2.036.386
Total do não circulante	**460.194**	**2.809.196**
Patrimônio líquido		
Capital social	14.500.000	14.500.000
Reserva estatutaria	26.067.872	11.416.597
Reserva legal	2.640.199	2.175.572
Lucro a disposição da assembleia	6.967.904	14.651.275
Lucros acumulados	4.902.388	4.902.388
Total do patrimônio líquido	**55.078.363**	**47.645.832**
Total do Passivo	**108.697.339**	**82.488.662**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucro a Disposição da Assembleia	Resultado Líquido do Exercício	Lucros Acumulados Exercícios Anteriores	Total
Saldo em 31.12.2020	**14.500.000**	**1.273.108**	**4.030.071**	**7.386.526**	**-**	**4.902.388**	**32.092.093**
Resultado líquido do exercício					18.049.277		18.049.277
Reserva legal		902.464			(902.464)		-
Reservas Estatutária			7.386.526	(7.386.526)			-
Distribuições aos acionistas					(2.495.538)		(2.495.538)
Lucro a disposição da assembleia				14.651.275	(14.651.275)		-
Saldo em 31.12.2021	**14.500.000**	**2.175.572**	**11.416.597**	**14.651.275**	**-**	**4.902.388**	**47.645.832**
Resultado líquido do exercício					9.292.531		9.292.531
Reserva legal		464.627			(464.627)		-
Reserva estatutária			14.651.275	(14.651.275)			-
Distribuições aos acionistas					(1.860.000)		(1.860.000)
Lucro a disposição da assembleia				6.967.904	(6.967.904)		-
Saldo em 31.12.2022	**14.500.000**	**2.640.199**	**26.067.872**	**6.967.904**	**-**	**4.902.388**	**55.078.363**

Demonstração de Resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	416.049.748	412.958.185
Custos das vendas e serviços prestados	(360.273.573)	(356.601.132)
Lucro bruto	**55.776.175**	**56.357.053**
Despesas com vendas	(25.586.747)	(23.093.047)
Despesas administrativas	(15.086.583)	(11.146.754)
Depreciações e amortizações	(1.175.075)	(971.605)
Amortizações direitos de usos	(923.469)	(644.978)
Despesas vendas de imobilizados	(425.498)	(452.530)
Receitas vendas de imobilizados	920.400	855.000
Outras receitas operacionais, líquidas	560.053	1.362.310
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	**14.059.256**	**22.265.449**
Receitas financeiras	2.064.588	3.272.298
Despesas financeiras	(4.068.602)	(2.124.630)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.004.014)	1.147.668
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**12.055.242**	**23.413.117**
(-) Contribuição social	(749.968)	(1.450.725)
(-) Imposto de renda	(2.012.743)	(3.913.115)
Resultado Líquido do Exercício	**9.292.531**	**18.049.277**
Atribuível a:		
Acionista controlador	4.536.911	8.779.926
Participação dos não controladores	4.755.620	9.269.351
	9.292.531	**18.049.277**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercicio	**9.292.531**	**18.049.277**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercicio	**9.292.531**	**18.049.277**
Atribuível a:		
Acionista controlador	4.536.911	8.779.926
Participação dos não controladores	4.755.620	9.269.351
	9.292.531	**18.049.277**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$)

1. Das Atividades Operacionais	**31/12/2022**	**31/12/2021**
A - Provenientes das Operações:		
Lucro líquido acumulado do exercício	9.292.531	18.049.277
Depreciação/amortização	1.175.075	971.605
Amortização de direito de uso	923.469	644.978
Resultado (positivo) negativo vendas invest/imob/intang.	(494.902)	(402.470)
(=) Lucro Líquido Ajustado	**10.896.173**	**19.263.390**
B - Acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos:		
Pelo (aumento) diminuição do contas a receber	(534.596)	(1.621.607)
Pelo (aumento) diminuição de outros créditos	1.338.818	(2.256.331)
Pelo (aumento) diminuição da conta de estoques	(19.363.355)	(11.413.113)
Pelo (aumento) diminuição da conta de despesas antecipadas	(128.095)	416.519
Pelo (aumento) diminuição do realizável a longo prazo	796.670	(89.399)
Pelo aumento (diminuição) da conta de fornecedores	(658.838)	477.289
Pelo aumento (diminuição) da conta de financiamento fábrica	17.093.477	7.072.963
Pelo aumento (diminuição) do contas a pagar	1.888.571	(282.739)
Pelo aumento (diminuição) de outros valores - passivo não circulante	(2.036.386)	(791.859)
(=) Total dos acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos	**(1.603.734)**	**(8.488.277)**
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.292.439**	**10.775.113**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Pela (aquisição) baixa de investimento	(44.411)	-
Pela aquisição de imobilizado	(8.577.284)	(2.291.913)
Pelo recebimento na venda de invest./imobil./intang.	920.400	855.000
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(7.701.295)**	**(1.436.913)**
3 - Das Atividades de Financiamentos		
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento - passivo circulante	2.203.946	(5.765.408)
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento - passivo não circulante	(752.965)	(2.327.431)
Pagamento de lucros aos sócios	(2.010.000)	(2.875.291)
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**(559.019)**	**(10.968.130)**
4 - Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.032.125**	**(1.629.930)**
5 - Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa		
I. Caixa e equivalente de caixa no início do período	535.579	2.165.509
II. Caixa e equivalente de caixa no final do período	1.567.704	535.579
Aumento/redução de caixa e equivalente de caixa	**1.032.125**	**(1.629.930)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A RECREIO VEICULOS S/A., ("RECREIO" ou" Companhia".), inscrita no CNPJ 39.531.199/0001.10 com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ é concessionária da Volkswagen do Brasil S/A. A Companhia é controlada pela J. L. BRAZ PARTICIPAÇÕES S/A. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2023. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações financeiras e apuração dos resultados. **a.1) Reconhecimento da receita:** As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **a.i.) Venda de mercadorias e das prestações de serviços:** A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: *i)* identificação do contrato com o cliente; *ii)* identificação das obrigações de desempenho no contrato; *iii)* determinação do preço da transação; *iv)* alocação do preço da transação; e por fim, *v)* reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida. **a.ii.) Vendas de serviços financeiros:** Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c) Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de liquidez imediata, duplicatas a receber e contas a pagar. **d) Clientes e créditos de fábrica e terceiros:** Estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar os valores devidos. **e) Estoques:** Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. **f) Investimentos:** Os investimentos da Companhia são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, da estimativa de perda por desvalorização. **g) Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **h) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **i) Fornecedores:** Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **j) Arrendamento mercantil – CPC 06 (R3):** A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **k) Imposto de renda e contribuição social:** A companhia é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. **l) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. **m) Outros passivos financeiros:** Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação.

Ronald Tavares Costa Silva - Diretor - CPF/MF sob o nº: 066.444.386-95; **Celso Duarte da Silveira** - Diretor - CPF/MF sob o nº: 808.892.397-20; **José Luiz Souza Ramos** - Contador - CRC/RJ nº: 126743/0-5 - CPF/MF sob o nº: 092.883.627-46

"As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG - auditores independentes CRC/MG 005455/O-1"

OUTONO: Sol com algumas nuvens ao amanhecer. Noite nublada. Manhã Tarde Noite 29º 18º 5% 06:05 17:42

100 DIAS

Castro diz que 'estado passa por período fértil de crescimento'

O governador Cláudio Castro completa 100 dias em sua nova gestão à frente do Governo do Rio com mais saúde, mais segurança e mais empregos no estado. O ritmo de crescimento econômico foi impulsionado pelo reaquecimento do turismo, que contribuiu para garantir o protagonismo do Rio de Janeiro no cenário nacional e mundial, gerando renda e oportunidades. Os três primeiros meses de 2023 também foram o impulso inicial da gestão para elencar as prioridades que vão nortear os próximos quatro anos.

"Nosso estado passa por um momento fértil de crescimento, que pode ser constatado nos dados analisados nesse período. Não vamos poupar esforços e investimentos para que a população tenha serviços públicos de qualidade. A retomada do Rio de Janeiro passa pelo aumento de turistas, pela redução dos índices de criminalidade, pelas entregas na área da Saúde, como o Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer e a expansão do Samu para municípios, no ranking dos estados que mais geraram empregos formais, entre outros. Apresentar esses números é um compromisso em prestar contas à sociedade", estaca Cláudio Castro.

CAMPANHA

Começa vacinação contra Gripe no RJ

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe começou ontem em todo o estado do Rio de Janeiro. A Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ) identificou aumento de atendimentos a casos de síndrome gripal nas últimas semanas nas UPAs da rede estadual, com uma média de 1.100 atendimentos por dia. Também houve um aumento de atendimentos pediátricos, com casos de bronquiolite. No início de fevereiro (semana epidemiológica 5), a média diária de atendimentos a casos de síndrome gripal nas UPAs da rede estadual era de 548. Na semana de 19 a 25 de março, essa média saltou para 1.234 atendimentos.

"Este ano, a campanha será realizada em uma só etapa, englobando todos os grupos prioritários, que são mais suscetíveis a complicações da gripe. É muito importante que essas pessoas recebam a dose contra a gripe todos os anos", disse o secretário de Estado de Saúde, Dr. Luizinho.

ISRAEL

Netanyahu volta atrás da demissão de ministro

O premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, disse ontem que desistiu de demitir o ministro da Defesa, Yoav Gallant, devido à crise de segurança no país.

Os dois resolveram seu desacordo, segundo o primeiro-ministro -no mês passado, Gallant pediu publicamente pela interrupção da controversa reforma judicial que levou milhares de israelenses às ruas em protestos, o que causou a demissão que nunca ocorreu de fato. "Decidi deixar nossas diferenças para trás", disse Netanyahu em entrevista coletiva. Ele afirmou que os dois trabalharam juntos nas últimas duas semanas.

Quando anunciou a demissão, na última semana de março, Bibi, como é conhecido o premiê, enfrentou críticas da oposição e de atores internacionais, além de novas manifestações nas ruas. Israelenses descontentes com a medida bloquearam a principal rodovia da capital Tel Aviv e foram à casa dele, em Jerusalém.

No mesmo dia, Asaf Zamir, cônsul-geral de Israel em Nova York, renunciou ao cargo. "Acredito que é meu dever garantir que Israel continue sendo um farol da democracia e da liberdade no mundo", disse em carta -especialistas afirmam que a reforma judicial de Bibi é um instrumento para minar a independência do Judiciário e corroer a democracia. Após semanas de manifestações, o governo adiou o trâmite da reforma em março.

O recuo da demissão acontece em um momento de crise interna e de escalada da violência entre israelenses e palestinos. Na última semana -na véspera do Pessach, a Páscoa judaica, e em meio às celebrações do Ramadã muçulmano-, a polícia de Israel invadiu a mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, e entrou em confronto com centenas de palestinos que passavam a noite no local.

Dias depois, um homem jogou o carro contra turistas em Tel Aviv, matando um deles e ferindo outros sete, e um ataque a tiros deixou duas irmãs israelenses e sua mãe mortas na Cisjordânia ocupada. Após os episódios, o Exército de Israel convocou reservistas para reforçar as tropas do país, escancarando, mais uma vez, o aumento das tensões entre Israel e Palestina.

Netanyahu aproveitou a entrevista para colocar a onda de ataques na conta do governo anterior e dos protestos massivos. Segundo o jornal Times of Israel, ele afirmou que o contexto de violência não é novidade, e que os ataques terroristas aumentaram sob o governo anterior.

"Eu digo a vocês esta noite, povo de Israel, que repeliremos essas ameaças e derrotaremos nossos inimigos. Já fizemos isso no passado e faremos de novo", afirmou. "Vamos restabelecer a dissuasão e consertar os danos que herdamos."

Ele também culpou o líder da oposição, Yair Lapid, que costuma alertar para um colapso nacional caso o premiê siga em frente com a reforma. "Nossos inimigos veem isso, ouvem isso, e acreditam que podem nos enfrentar, com o terror combinado do Líbano, da Síria e de Gaza", afirmou Bibi.

O premiê enfrenta ainda um cenário eleitoral pouco favorável. No domingo passado, uma pesquisa de opinião do Canal 13 News de Israel mostrou que o partido Likud, de Netanyahu, perderia mais de um terço de suas cadeiras se uma eleição fosse realizada agora, e o premiê não conseguiria obter a maioria dos votos com seus parceiros de coalizão de extrema direita. "Não estou perturbado com a votação", disse Netanyahu a repórteres.

O primeiro-ministro afirmou ainda que as relações com os Estados Unidos, tensas devido à reforma judicial, permanecem "estreitas", e que os dois países cooperam em questões de segurança e inteligência.

Nota

ATAQUE A TIROS EM BANCO NOS EUA DEIXA AO MENOS CINCO MORTOS

Um ataque a tiros em um banco no centro de Louisville, em Kentucky, nos Estados Unidos, deixou cinco pessoas mortas e oito feridas, informou o departamento de polícia da cidade. O agressor, de acordo com as autoridades, era funcionário ou já tinha trabalhado na empresa. Segundo a polícia, o atirador está morto, mas ainda não está claro se o número de vítimas o inclui —as investigações tentam determinar se ele atirou em si mesmo ou foi baleado pelas autoridades, disse Paul Humphrey, vice-chefe do Departamento de Polícia Metropolitana de Louisville. Os policiais responderam a relatos de um ataque por volta das 8h30 locais (9h30 no Brasil) em uma agência do Old National Bank, perto do estádio de beisebol Slugger Field. Pelo menos dois policiais estavam entre os oito feridos. Dois dos feridos, incluindo um dos policiais, estavam em estado crítico em um hospital. "Vamos nos unir como uma comunidade para impedir que esses atos horríveis de violência armada continuem aqui e em todo o estado", disse Craig Greenberg, prefeito da cidade de 625 mil habitantes. Emocionado, o governador de Kentucky, Andy Beshear disse que conhecia as vítimas do ataque. "Tenho um amigo muito próximo que não sobreviveu hoje", afirmou ele, "e um que está no hospital e que eu espero que sobreviva".

SGA - NITEROI VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ nº 36.152.916/0001-04 - NIRE: 33300304207

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R$)

ATIVO		
Circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e equivalentes de caixa	5.049.742	2.156.688
Clientes	14.760.544	6.302.629
Créditos fábrica e terceiros	7.649.135	1.573.391
Estoques	34.223.814	12.688.012
Impostos a recuperar	77.633	78.912
Despesas antecipadas	98.203	11.069
Total do circulante	**61.859.071**	**22.810.701**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	222.594	179.844
	222.594	**179.844**
Imobilizado	16.350.964	12.711.629
Ativo de direito de uso	11.441.992	921.129
Intangível	48.385.417	1.190.417
Total do não circulante	**76.400.967**	**15.003.019**
Total do Ativo	**138.260.038**	**37.813.720**
PASSIVO		
Circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fornecedores de veículos e peças	30.064.490	3.850.174
Fornecedores de consumo	9.479.914	892.656
Empréstimos e financiamentos	5.165.657	1.090.234
Arrendamentos a pagar	2.276.628	331.298
Obrigações trabalhistas	2.765.976	2.002.027
Tributos a recolher	1.111.898	1.016.762
Adiantamentos de clientes	3.680.463	2.941.858
Dividendos a pagar	-	150.000
Outras obrigações	18.557.326	18.508
Total do circulante	**73.102.352**	**12.293.517**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	24.414.926	-
Arrendamentos a pagar	9.249.062	633.256
Outras obrigações	50.193	72.217
Total do não circulante	**33.714.181**	**705.473**
Patrimônio líquido		
Capital social	10.000.000	3.500.000
Reservas de capital	2.484	2.484
Reserva estatutária	12.398.947	7.591.525
Reserva legal	1.101.189	700.000
Lucros a diposição da assembléia	6.227.586	11.307.422
Lucros acumulados	1.713.299	1.713.299
	31.443.505	**24.814.730**
Total do Passivo	**138.260.038**	**37.813.720**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATROMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R$)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros a Disposição da Assembleia	Resultado Líquido do Exercício	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2020	**3.500.000**	**2.484**	**619.322**	**4.487.637**	**3.103.888**	**-**	**1.713.299**	**13.426.630**
Resultado líquido do exercício						12.468.100		12.468.100
Reserva estatutária				3.103.888	(3.103.888)			-
Reserva legal			80.678			(80.678)		-
Distribuições aos acionistas						(1.080.000)		(1.080.000)
Lucros a disposição da assembleia					11.307.422	(11.307.422)		-
Saldo em 31.12.2021	**3.500.000**	**2.484**	**700.000**	**7.591.525**	**11.307.422**	**-**	**1.713.299**	**24.814.730**
Resultado líquido do exercício						8.023.775		8.023.775
Aumento de capital social	6.500.000				(6.500.000)			-
Reserva estatutária				4.807.422	(4.807.422)			-
Reserva legal			401.189			(401.189)		-
Distribuições aos acionistas						(1.395.000)		(1.395.000)
Lucros a disposição da assembleia					6.227.586	(6.227.586)		-
Saldo em 31.12.2022	**10.000.000**	**2.484**	**1.101.189**	**12.398.947**	**6.227.586**	**-**	**1.713.299**	**31.443.505**

Demonstração de Resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	**420.296.056**	**312.540.681**
Custos das vendas e serviços prestados	(377.864.901)	(271.422.061)
Lucro bruto	42.431.155	41.118.620
Despesas com vendas	(16.690.293)	(13.423.016)
Despesas administrativas	(8.101.696)	(5.904.271)
Depreciações e amortizações	(2.998.835)	(1.937.024)
Amortizações direitos de usos	(554.429)	(341.674)
Custo vendas de imobilizados	(2.075.715)	(882.091)
Receitas vendas de imobilizados	3.611.260	1.561.990
Outras receitas operacionais, líquidas	273.020	296.674
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	15.894.467	20.489.208
Receitas financeiras	273.799	205.189
Despesas financeiras	(4.136.395)	(2.015.853)
	(3.862.596)	(1.810.664)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**12.031.871**	**18.678.544**
(-) Contribuição Social	(1.086.493)	(1.679.940)
(-) Imposto de Renda	(2.921.603)	(4.530.504)
Resultado líquido do exercício	**8.023.775**	**12.468.100**
Atribuível a:		
Acionista controlador	3.238.957	5.032.998
Participação dos não controladores	4.784.818	7.435.102
	8.023.775	**12.468.100**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	**8.023.775**	**12.468.100**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**8.023.775**	**12.468.100**
Atribuível a:		
Acionista controlador	3.238.957	5.032.998
Participação dos não controladores	4.784.818	7.435.102
	8.023.775	**12.468.100**

Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em R$)

	31/12/2022	31/12/2021
1. Das Atividades Operacionais		
A - Provenientes das Operações:		
Lucro líquido acumulado do exercício	8.023.775	12.468.100
Depreciação/amortização	2.998.835	1.937.024
Amortização de direito de uso	554.429	341.674
Resultado (positivo) negativo vendas invest/imob/intang.	(1.535.545)	(679.899)
(=) Lucro Líquido Ajustado	**10.041.494**	**14.066.899**
B - Acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos:		
Pelo (aumento) diminuição do do contas a receber	(8.457.915)	(461.071)
Pelo (aumento) diminuição de outros créditos	(6.074.465)	1.169.050
Pelo (aumento) diminuição da conta de estoques	(21.535.802)	(7.615.888)
Pelo (aumento) diminuição da conta de despesas antecipadas	(87.134)	18.205
Pelo (aumento) diminuição do realizável a longo prazo	(42.750)	(74.198)
Pelo aumento (diminuição) da conta de fornecedores	8.587.258	(602.023)
Pelo aumento (diminuição) da conta de financiamento fábrica	26.214.316	(3.078.356)
Pelo aumento (diminuição) do contas a pagar	1.289.019	(1.164.500)
Pelo aumento (diminuição) de outros valores - passivo não circulante	(22.024)	350.154
(=) Total dos acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos	**(129.497)**	**(11.458.627)**
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.911.997**	**2.608.272**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Pela aquisição de imobilizado e intangível	(37.575.552)	(1.766.524)
Pelo recebimento na venda de invest./imobil./intang.	3.611.260	1.561.990
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	**(33.964.292)**	**(204.534)**
3 - Das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento - passivo circulante	4.075.423	(512.971)
Aumento (redução) de empréstimo e financiamento - passivo não circulante	24.414.926	(1.090.234)
Pagamento de lucros aos sócios	(1.545.000)	(1.477.745)
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**26.945.349**	**(3.080.950)**
4 - Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.893.054**	**(677.212)**
5 - Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa		
I. Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.156.688	2.833.900
II. Caixa e equivalente de caixa no final do período	5.049.742	2.156.688
Aumento/redução de caixa e equivalente de caixa	**2.893.054**	**(677.212)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A SGA VEÍCULOS E PEÇAS S/A., ("SGA" ou "Companhia".), inscrita no CNPJ 36.152.916/0001-04 com sede na cidade do Macaé – RJ é concessionária da Toyota do Brasil Ltda. A Companhia é controlada pela J. L. BRAZ PARTICIPAÇÕES S/A. A Companhia em conexão ao plano estratégico do Grupo, iniciou a exploração da concessão da Toyota do Brasil Ltda., nas cidades de Curitiba e Paranaguá no Estado do Paraná em novembro de 2022. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis, abaixo detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Apuração do resultado:** Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações financeiras e apuração dos resultados. **a.1) Reconhecimento da receita:** As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: **a.i.) Venda de mercadorias e das prestações de serviços:** A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: *i)* identificação do contrato com o cliente; *ii)* identificação das obrigações de desempenho no contrato; *iii)* determinação do preço da transação; *iv)* alocação do preço da transação; e por fim, *v)* reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida. **a.ii.) Vendas de serviços financeiros:** Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. **c) Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de liquidez imediata, duplicatas a receber e contas a pagar. **d) Clientes e créditos de fábrica e terceiros:** Estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar os valores devidos. **e) Estoques:** Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. **g) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **h) Fornecedores:** Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. **i) Arrendamento mercantil – CPC 06 (R3):** A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Empresa atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A companhia é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. **k) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. **l) Outros passivos financeiros:** Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação.

Fabiano Cardoso de Faria - Diretor - CPF/MF sob o nº: 028.388.657-90; **Ronald Tavares Costa Silva -** Diretor - CPF/MF sob o nº: 066.444.386-95; **Adriano da Silva Telles -** Contador - CRC/RJ nº: 0078155 - CPF/MF sob o nº: 002.126.867-39

"As demonstrações contábeis foram auditadas pela Baker Tilly Brasil/MG - auditores independentes CRC/MG 005455/O-1"